

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.317.854 - MG (2018/0158556-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG044698
JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MG079757
HELENA PATRÍCIA FREITAS - MG079760
YARA MARQUES - MG126480
FELIPE AUGUSTO GOMES DE GOUVEIA - MG128374
FERNANDA COELHO CARDOSO - MG145849
AGRAVADO : JOSÉ BANDEIRA LACERDA
AGRAVADO : MARGARETH FERREIRA SILVA
AGRAVADO : ADAIL RODRIGUES BANDEIRA
AGRAVADO : VANIEL INUCENCIO DA FONSECA
AGRAVADO : PERIVALDO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVADO : JOAQUIM ALVES VIANA
AGRAVADO : LEOZINO GIL BANDEIRA NETO
AGRAVADO : MANOEL FERREIRA COSTA
AGRAVADO : MARIA JOSÉ DOS SANTOS BANDEIRA
AGRAVADO : NAURICÉLIO SANTOS BRITO
AGRAVADO : CARLOS WAGNO TAVARES BANDEIRA
ADVOGADO : MAIRA SILVIA GANDRA - MG114472N

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por BANCO DO BRASIL SA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 419):

"APELAÇÃO CÍVEL - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA LEGITIMIDADE ATIVA - COMPROVAÇÃO DE FILIAÇÃO AO IDEC - DESNECESSIDADE. O e. STJ decidiu nos autos n. 1391198/RS, julgado sob a ótica do art. 543 do CPC/73, que todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de fazerem parte dos quadros associativos do IDEC têm legitimidade ativa pára "ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9. O julgamento proferido pelo STF sobre a limitação subjetiva da ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil (tema 499) não tem o condão de "rescindir", decisão com trânsito em julgado."

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação aos arts. 485, VI, e 1.036, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento, entre outros, que "(...) é

inquestionável a ilegitimidade ad causam do recorrido para pleitear a presente demanda, ante a ausência de comprovação de titularidade da conta poupança possuía condição de filiado do IDEC quando da propositura da ação (...)". (fl. 441)

Contrarrazões às fls. 456-464.

É o relatório. Decido.

Cumpre observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O recurso em apreço não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação aos arts.485, VI, e 1.036, § 1º, do CPC/2015, a recorrente susta a ilegitimidade ativa do recorrido em razão da ausência de comprovação da conta poupança e que possuía condição de filiado do IDEC quando da propositura da ação.

Por sua vez, o TJ-MG, com arrimo no acervo fático-probatório, consignou que todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de fazerem parte dos quadros associativos do IDEC têm legitimidade ativa para ajuizarem cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fls. 421-422):

"Com efeito, sem adentrar em eventuais controvérsias acerca da diferença dos efeitos da sentença proferida em ação civil pública e ação coletiva, certo é que o e. STJ decidiu nos autos n. 1.391.198/RS de relatoria 'do Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado sob ótica do art. 543 do CPC/73, que todos os, detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de fazerem parte dos quadros associativos do IDEC têm legitimidade ativa para ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n 1998.01.1.016798-9"

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que "a sentença proferida na ação civil pública, a qual condenou determinado banco ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas

de poupança, é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança daquela instituição financeira, independentemente de sua residência ou domicílio no órgão prolator, consignou, também, que os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos, no caso, do IDEC - de ajuizarem o cumprimento individual daquela sentença coletiva no órgão prolator ou em foro diverso deste". Nessa linha de inteligência, confira-se o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PLANO VERÃO. 1. SUSPENSÃO DO PROCESSO. DESCABIMENTO. 2. AÇÃO COLETIVA AJUIZADA PELO IDEC E FAVORÁVEL A TODOS OS POUPADORES, SEM LIMITAÇÃO TERRITORIAL. LEGITIMIDADE ATIVA. 3. LEGITIMIDADE PASSIVA DO HSBC. SUCESSÃO DO BANCO BAMERINDUS. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. A jurisprudência da Segunda Seção, no julgamento dos REsp's n. 1.243.887/PR e 1.391.198/RS, relatados pelo Ministro Luis Felipe Salomão e submetidos à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a sentença proferida na ação civil pública, a qual condenou determinado banco ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança daquela instituição financeira, independentemente de sua residência ou domicílio no órgão prolator, consignou, também, que os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos, no caso, do IDEC - de ajuizarem o cumprimento individual daquela sentença coletiva no órgão prolator ou em foro diverso deste.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 616.160/SC, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2019, DJe 24/05/2019 - grifou-se)

Nessa esteira, estando a decisão recorrida de acordo com a jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

desta Corte, o recurso especial encontra óbice na Súmula n. 83/STJ.

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de outubro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator